

Prefeitura Municipal da Água Preta

PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N - CENTRO - 55.550-000 - Água Preta/ PE

CNPJ: 10.183.929/0001-57

<http://www.aguapreta.pe.gov.br>

Usuário: Água Preta

Chave de Autenticação

1618-7025-731

Página

1 / 1

Anexo 13 - Balanço Financeiro

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

Ingressos			Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I) - N 1	49.226.935,92	45.152.193,72	Despesa orçamentária (VI) - N 5	40.565.660,74	37.137.114,98
Ordinária	33.218.826,94	30.640.857,51	Ordinária	17.867.301,67	17.373.064,07
Vinculada	21.490.375,49	19.641.920,13	Vinculada	22.698.359,07	19.764.050,91
Recursos vinculados à educação	20.504.362,88	19.512.664,25	Recursos vinculados à educação	21.812.859,35	19.596.337,44
Recursos vinculados à saúde			Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS			Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social			Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	986.012,61	129.255,88	Outras destinações de recursos	885.499,72	167.713,47
(-) Deduções da receita	5.482.266,51	5.130.583,92			
Ordinária	5.482.266,51	5.130.583,92			
Vinculada	0,00	0,00			
Recursos vinculados à educação					
Recursos vinculados à saúde					
Recursos vinculados à previdência social - RPPS					
Recursos vinculados à seguridade social					
Outras destinações de recursos					
Transferências financeiras recebidas (II) - N 2	47.778,97	8.992,06	Transferências financeiras concedidas (VII) - N 6	9.229.146,57	7.872.485,03
Para execução orçamentária	47.778,97	8.992,06	Para execução orçamentária	9.229.146,57	7.872.485,03
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS			Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS			Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Recebimentos extraorçamentários (III) - N 3	6.402.607,01	5.961.675,69	Pagamentos extraorçamentários (VIII) - N 7	6.597.816,20	5.542.904,04
Inscrição de restos a pagar processados	1.330.553,07	1.045.395,75	Pagamento de restos a pagar processados	1.741.512,51	1.138.237,44
Inscrição de restos a pagar não processados	533.853,45	310.322,08	Pagamento de restos a pagar não processados	303.928,11	
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.538.200,49	4.605.957,86	Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.552.375,58	4.404.666,60
Outros Recebimentos Extraorçamentários			Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo em espécie do exercício anterior (IV) - N 4	1.859.683,56	1.289.326,14	Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX) - N 8	1.144.381,95	1.859.683,56
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.683,61	1.289.326,14	Caixa e equivalentes de caixa	448.382,00	1.163.683,61
Investimentos e aplicações temporárias			Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	695.999,95		Depósitos restituíveis e valores vinculados	695.999,95	695.999,95
Outros rendimentos			Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	57.537.005,46	52.412.187,61	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	57.537.005,46	52.412.187,61

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Eduardo Passos Coutinho Corrêa de Oliveira

Prefeito

CPF: 173.116.164-68

Documento Assinado Digitalmente por: EDUARDO PASSOS COUTINHO CORREIA DE OLIVEIRA, WILMAR PIRES BEZERRA
Contador
CRC: PE-015662/O-2





Documento Assinado Digitalmente por: EDUARDO PASSOS COUTINHO CORREA DE OLIVEIRA, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: https://stcpe.fca.pe.gov.br/verificador_documento.asp?documento=50922666-1707-4150-0259-076890016666

Prefeitura Municipal da Água Preta

BALANÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA

Demonstrações Contábeis

Exercício de 2018

Balanço Financeiro
Anexo 13 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Gestão
Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019



APRESENTAÇÃO

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura Municipal da Água Preta (DC) contemplam a execução e a análise do Orçamento Fiscal, sendo materializadas tanto nos Balanços Patrimonial, Orçamentário Financeiro, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido, extraídos do Sistema Contábil **E-Pública**, como nas respectivas Notas Explicativas.

Durante a execução orçamentária e elaboração das demonstrações contábeis foram obedecidos os procedimentos estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) através das seguintes Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP):

NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL	Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público
NBC TSP 01	Receita de Transação sem Contraprestação
NBC TSP 02	Receita de Transação com Contraprestação
NBC TSP 03	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NBC TSP 04	Estoques
NBC TSP 05	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente
NBC TSP 06	Propriedade para Investimento
NBC TSP 07	Ativo Imobilizado
NBC TSP 08	Ativo Intangível
NBC TSP 09	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa
NBC TSP 10	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa
NBC T 16.7	Consolidação das Demonstrações Contábeis
NBC T 16.11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público

Além dos normativos do CFC foram utilizados como base o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 7ª Edição publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo da consolidação das contas nacionais através da Matriz de Saldos Contábeis (MSC) e a estrutura do “Contas Anuais” disponibilizada no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

As demonstrações contábeis estão de acordo com as Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) de números: 00 – Plano de transição para implantação da nova contabilidade; 01 – Transferências de saldos contábeis e controle de restos a pagar; 02 – Reconhecimento dos créditos tributários pelo regime de competência; 03 – Encerramento de contas contábeis no PCASP; 04 – Metodologia para elaboração do Balanço Patrimonial; 05 – Metodologia para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais; 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro; 07 – Metodologia para elaboração do Balanço Orçamentário; 08 – Metodologia para elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa; 10 – Contabilização de Consórcios Públicos; 11 – Contabilização de retenções; 12 – Contabilização de cessão de bens móveis e imóveis; 13 – Contabilização de cessão de direitos creditórios; 14 – Procedimentos contábeis relativos ao RPPS; e 15 – Depósitos judiciais e extrajudiciais.

Todos os demonstrativos foram adaptados para as exigências do Anexo XIX, XX, XXI, XXII, XXIII e XXIV da Resolução TCE-PE nº 52, de 06 de fevereiro de 2019, bem como foram criados “novos” demonstrativos exigidos pelo Anexo Único como por exemplo: o demonstrativo da dívida flutuante (Anexo XXV), dentre outros.

Foram feitos ajustes na estrutura dos balanços para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCE-PE.



Analisando os resultados de 2018, observamos que as receitas orçamentárias arrecadadas (correntes e de capital, exceto o refinanciamento da dívida) perfizeram **R\$ 49.226.935,92**. E os ingressos extraorçamentários **R\$ 6.402.607,01**. Quanto às despesas orçamentárias (correntes e de capital, incluído refinanciamento da dívida), houve empenhamento na ordem de **R\$ 40.565.660,74**. Os desembolsos extraorçamentários foram de **R\$ 6.597.816,20**. As transferências financeiras concedidas foram no total de **R\$ 9.229.146,57** e transferências financeiras recebidas foi 47.778,97. Os saldos vindos do exercício anterior (01/01/2018) totalizaram **R\$ 1.859.683,56**. Ao final do exercício (31/12/2018) os saldos finais totalizaram **R\$ 1.144.381,95**, gerando uma redução de **R\$ 715.301,61**.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DC.

EDUARDO PASSOS COUTINHO C. DE OLIVEIRA
Prefeito

BALANÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ÁGUA PRETA
Demonstrações Contábeis
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 052, de 06 de fevereiro de 2019)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Água Preta
Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município.
CNPJ: 10.183.929/0001-57.
Domicílio do órgão ou entidade: Praça dos Três Poderes, S/N Bairro: Centro – Cidade: Água Preta – Pernambuco – CEP: 55.550-000.
Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Água Preta concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 36.454 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,6. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1.827 de 08 de dezembro de 2017 (LOA para o ano de 2018).
Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.
Dados do gestor (Prefeito do Município): Nome: Eduardo Passos Coutinho C. de Oliveira. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018.
Dados do contador da Prefeitura responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e notas explicativas: Nome: Wilmar Pires Bezerra. CRC-PE nº 015662/O-2. E-mail: wilmarpires1@hotmail.com..
Dados da Diretora de Contabilidade responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Dayse Emanuele Silva de Moraes. E-mail daysemoraicont@outlook.com.
Dados do Controlador Geral do Município: Nome: Alcélia de Goés Pedrosa E-mail: controleinterno.pmap@gmail.com
Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Prefeitura Municipal – E-Pública.
Endereço eletrônico do Portal da Transparência: http://www.aguapreta.pe.gov.br

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas: Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
b.2. Bases de mensuração utilizadas:

Documento Assinado Digitalmente por: EDUARDO PASSOS COUTINHO CORREA DE OLIVEIRA, WILMAR PIRES BEZERRA
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ppp/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=588322666-4707-4b59-958e-974f79946666>



b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Financeiro.

A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.



Ingressos		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita orçamentária (I)	49.226.935,92	45.152.193,72
Ordinária	33.218.826,94	30.640.857,51
Vinculada	21.490.375,49	19.641.920,13
Recursos vinculados à educação	20.504.362,88	19.512.664,25
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	986.012,61	129.255,88
(-) Deduções da receita	5.482.266,51	5.130.583,92
Ordinária	5.482.266,51	5.130.583,92
Vinculada	0,00	0,00
Recursos vinculados à educação		
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos		
Transferências financeiras recebidas (II)	47.778,97	8.992,06
Para execução orçamentária	47.778,97	8.992,06
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Recebimentos extraorçamentários (III)	6.402.607,01	5.961.675,69
Inscrição de restos a pagar processados	1.330.553,07	1.045.395,75
Inscrição de restos a pagar não processados	533.853,45	310.322,08
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.538.200,49	4.605.957,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários		
Saldo em espécie do exercício anterior (IV)	1.859.683,56	1.289.326,14
Caixa e equivalentes de caixa	1.163.683,61	1.289.326,14
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	695.999,95	
Outros rendimentos		
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	57.537.005,46	52.412.187,61

Nota 1) RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2018 foi de R\$ 49.226.935,92.

Nota 2) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: As transferências financeiras recebidas na Prefeitura, durante o exercício de 2018 totalizou R\$ 47.778,97.

Nota 3) RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 6.402.607,01, sendo R\$ 4.538.200,49, decorrentes de depósitos, consignações bancárias e valores restituíveis e R\$ 1.864.406,52 relativo a inscrição dos restos a pagar.

Nota 4) SALDO DO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2017 foi de R\$ 1.163.683,61, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. O saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados foi de R\$ 695.999,95.

Dispêndios		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa orçamentária (VI)	40.565.660,74	37.137.114,98
Ordinária	17.867.301,67	17.373.064,07
Vinculada	22.698.359,07	19.764.050,91
Recursos vinculados à educação	21.812.859,35	19.596.337,44
Recursos vinculados à saúde		
Recursos vinculados à previdência social - RPPS		
Recursos vinculados à seguridade social		
Outras destinações de recursos	885.499,72	167.713,47
Transferências financeiras concedidas (VII)	9.229.146,57	7.872.485,03
Para execução orçamentária	9.229.146,57	7.872.485,03
Independente da execução orçamentária - Intra OFSS		
Para cobertura de déficit financeiro do RPPS		
Pagamentos extraorçamentários (VIII)	6.597.816,20	5.542.904,04
Pagamento de restos a pagar processados	1.741.512,51	1.138.237,44
Pagamento de restos a pagar não processados	303.928,11	
Depósitos restituíveis e valores vinculados	4.552.375,58	4.404.666,60
Outros Pagamentos Extraorçamentários		
Saldo em espécie para o exercício seguinte (IX)	1.144.381,95	1.859.683,56
Caixa e equivalentes de caixa	448.382,00	1.163.683,61
Investimentos e aplicações temporárias		
Depósitos restituíveis e valores vinculados	695.999,95	695.999,95
Outros rendimentos		
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	57.537.005,46	52.412.187,61

Nota 5) DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 40.565.660,74.



Documento Assinado Digitalmente por: EDUARDO PASSOS COUTINHO CORREA DE OLIVEIRA, WILMAR PIRES BEZERRA
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 58832666-d707-4b59-9f8e-976ff994666f

Nota 6) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 9.229.146,57.

Nota 7) PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 6.597.816,20. Deste valor os restos a pagar processados e não processados somam R\$ 2.045.440,62, enquanto os depósitos, consignações e valores restituíveis somam R\$ 4.552.375,58.

Nota 8) SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2018 foi de R\$ 448.382,00, além de R\$ 0,00 em investimentos e aplicações temporárias. Os depósitos restituíveis e valores vinculados somaram R\$ 695.999,95, totalizando R\$ 1.144.381,95. Ao compararmos o saldo ao final do exercício de 2017 (R\$ 1.859.683,56), nota-se uma variação negativa na ordem de R\$ 715.301,61.

d) OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

<p>d.1.Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos.</p>
<p>d.2.Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.</p>
<p>d.3.Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.</p>
<p>d.4.Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.</p>

e) SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

f) INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2018
R\$ 0,00	R\$ 0,00

g) INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO X E XII DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 047/2018 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

<p>g.1.Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.</p>																					
<p>g.2.Eventuais Ajustes relacionados às Retenções e Outras Operações que impactem no Balanço Financeiro: As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.</p>																					
<p>g.3.Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Rubrica</th> <th>Fonte de Recursos Próprios</th> <th>Fonte de Recursos Vinculados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.</td> <td>4.500.600,36</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.</td> <td>6.494,50</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.</td> <td>1.637,28</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado</td> <td>869.418,98</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.02.00 IPVA</td> <td>99.662,20</td> <td>0,00</td> </tr> <tr> <td>1.7.2.2.01.04.00 IPI</td> <td>4.453,19</td> <td>0,00</td> </tr> </tbody> </table>	Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados	1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	4.500.600,36	0,00	1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	6.494,50	0,00	1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	1.637,28	0,00	1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	869.418,98	0,00	1.7.2.2.01.02.00 IPVA	99.662,20	0,00	1.7.2.2.01.04.00 IPI	4.453,19	0,00
Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados																			
1.7.2.1.01.02.01 Cota parte do FPM.	4.500.600,36	0,00																			
1.7.2.1.01.05.01 Cota parte do ITR.	6.494,50	0,00																			
1.7.2.1.36.01.00 ICMS Desoneração LC 87/96.	1.637,28	0,00																			
1.7.2.2.01.01.00 ICMS Estado	869.418,98	0,00																			
1.7.2.2.01.02.00 IPVA	99.662,20	0,00																			
1.7.2.2.01.04.00 IPI	4.453,19	0,00																			



Total	5.482.266,51	0,00
--------------	---------------------	-------------

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários. Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 54.709.202,43, enquanto as deduções somam R\$ 5.482.266,51, representando o valor líquido de R\$ 49.226.935,92.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):				
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	31/12/2017	Concluído
PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Concluído
Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2023	Em andamento



Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2018	Concluído
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2016	Concluído
Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2021	Em andamento
Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído
Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2020	Concluído
Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	01/01/2022	Em andamento
Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	A ser definido em ato normativo específico da STN.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído



Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Registros contábeis conforme MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1	Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP.	Secretário de Finanças	Imediato	Concluído

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

EDUARDO PASSOS COUTINHO C. DE OLIVEIRA
Prefeito

WILMAR PIRES BEZERRA
Contador
CRC-PE Nº 15.662/O-2